N.º 62 Abril-Junho 1965
Vol. XXX — REVISTA DE HISTÓRIA — Ano XVI

ARTIGOS

HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS.
A longa duração (*).

Há uma crise geral nas ciências do homem: estão tôdas elas esmagadas pelos seus próprios progressos, isto em razão do acúmulo de novos conhecimentos e pela necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente está ainda por estabelecer; direta ou indiretamente, tôdas, das mais ágeis dentre elas, são atingidas, quer queiram ou não, pelos progressos, mas permanecem, no entanto, ligadas a um humanismo retrógrado, insidioso, que não lhes pode mais servir de quadro. Tôdas, com mais ou menos lucidez, preocupam-se com seu lugar no conjunto monstruoso das pesquisas antigas e novas, cuja convergência necessária se adivinha atualmente.

Sairão as ciências humanas destas dificuldades através de um esfôrço suplementar de definição, ou por um acréscimo de mau humor? Talvez tenham essa ilusão, porque (sob o risco de voltar a velhas repetições ou a falsos problemas) ei-las preocupadas, hoje mais do que nunca, em definir seus objetivos, seus métodos, suas superioridades. Ei-las, à porfia, empenhadas nas contendas sôbre as fronteiras que as separam, ou que não as separam, ou que as separam mal das ciências vizinhas. Pois cada uma delas sonha, de fato, em permanecer o que é, ou voltar a ser o que era... Alguns sábios isolados organizam aproximações: Claude Lévy-Strauss (1) conduz a antropologia "estrutural" para os processos da lingüística, os horizontes da história "inconsciente" e o recente imperialismo das matemáticas "qualitativas". Tende êle para uma ciência que ligaria, sob o nome de **ciência da comunicação,** a antropologia, a economia política, a lingüística... Mas quem concordaria com estas li-

(*). — Tradução de Ana Maria de Almeida Camargo de artigo publicado in Annales E. S. C., n.º 4, outubro-dezembro de 1958.

(1). — Anthropologie structurale, Paris, Plon, 1958, passim e especialmente pág. 329.

berdades de fronteira e com êstes agrupamentos? Uns sim, outros não, e com isto a própria geografia se separaria da história!

Mas não sejamos injustos; há um interêsse nestas controvérsias e nestas recusas. O desêjo de afirmar-se contra as outras provoca, inevitàvelmente, novas curiosidades: negar outrém, já é conhecê-lo. Além disso, sem o querer explìcitamente, as ciências sociais impõem-se umas às outras, cada uma tende a abranger completamente o social, em sua "totalidade"; cada uma penetra nas suas vizinhas, acreditando permanecer em seu próprio campo. A economia descobre a sociologia que a cerca, a história, — talvez a menos estruturada das ciências do homem — aceita tôdas as lições de sua múltipla vizinhança e esforça-se por repercutí-las. Assim, apesar das omissões, das oposições, das tranqüilas ignorâncias, esboça-se a construção de um "mercado comum"; valeria a pena experimentá-lo, nos próximos anos, mesmo se, mais tarde, cada ciência tivesse vantagem, por um tempo, em retomar um caminho mais estritamente pessoal.

Mas a aproximação imediata é uma operação urgente. Nos Estados Unidos, esta reunião tomou a forma de pesquisas coletivas sôbre as áreas culturais do mundo atual: sendo as **area studies,** antes de tudo, o estudo feito por uma equipe de **social scientists** dêstes monstros políticos da atualidade: China, Índia, Rússia, América Latina, Estados Unidos. Conhecê-las, problema vital! E' preciso que, quando desta tomada em comum de técnicas e conhecimentos, cada um dos participantes não permaneça limitado no seu trabalho particular, cego ou surdo, como no passado, ao que dizem, escrevem, ou pensam os outros! E' ainda preciso que a união das ciências sociais seja completa, que não sejam negligenciadas as mais antigas em benefício das mais novas, capazes de tanto prometer, quanto de realizar. Por exemplo, o lugar dado à geografia nestas tentativas americanas é pràticamente nulo, e extremamente pequeno o que se concede à história. E, além disso, de que história se trata?

A respeito da crise que nossa disciplina atravessou no decurso dêstes últimos vinte ou trinta anos, as outras ciências sociais estão muito mal informadas, e sua tendência é de desconhecer, além dos trabalhos dos historiadores, um aspecto da realidade social em que a história é boa auxiliar, e sempre hábil fornecedora: esta duração social, êstes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social. Razão suficiente para assinalar com insistência, no

debate que se instaura entre tôdas as ciências do homem, a importância, a utilidade da história, ou antes, da dialética da duração, tal qual ela se desprende do trabalho, da observação repetida do historiador; nada mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que esta oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem.

Falarei, portanto, longamente, da história, do tempo da história. Menos para os leitores desta revista, especialistas em nossos estudos, do que para nossos vizinhos das ciências do homem: economistas, etnógrafos, etnólogos (ou antropólogos), sociólogos, psicólogos, lingüistas, demógrafos, geógrafos, até mesmo matemáticos sociais ou estatísticos, — todos os vizinhos que, há muitos anos, temos seguido em suas experiências e pesquisas, porque nos parecia (e nos parece ainda) que, colocada em sua dependência ou em seu contacto, a história adquire uma nova luz. Talvez, de nossa parte, tenhamos qualquer coisa a lhes dar. Das experiências e tentativas recentes da história, desprende-se — consciente ou não, aceita ou não — uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo. Esta última noção, mais do que a própria história — a história de múltiplas faces — deveria interessar às ciências sociais, nossas vizinhas.

1

HISTÓRIA E DURAÇÕES.

Todo trabalho histórico decompõe o tempo passado, escolhe entre suas realidades cronológicas, de acôrdo com preferências exclusivas mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento, habituou-nos, há muito, a seu relato precipitado, dramático, de fôlego curto.

A nova história econômica e social coloca, no primeiro plano de sua pesquisa, a oscilação cíclica, e repousa sôbre sua duração: ela ligou-se à miragem, e também à realidade das subidas e descidas cíclicas dos preços. Há, assim, atualmente, ao lado do relato (ou do "recitativo" tradicional), um recitativo da conjuntura que focaliza o passado em largos períodos: dez, vinte ou cinqüenta anos.

Muito para além dêste segundo recitativo, situa-se uma história de fôlego ainda mais lento, desta vez de amplitude secular: a história de longa, de muito longa duração. A fórmula, boa ou má, tornou-se-me familiar para designar o inverso do que François Simiand, um dos primeiros depois de Paul Lacombe, terá batizado de história **événementielle**. Pouco importam estas fórmulas; em todo caso, é de uma a outra, de um polo a outro do tempo, do instantâneo à longa duração, que se situará nossa discussão.

Não que estas palavras sejam de uma segurança absoluta, como ocorre com a palavra **acontecimento**. De minha parte, gostaria de fixá-la, aprisioná-la na curta duração: o acontecimento é explosivo, **nouvelle sonnante**, como se dizia no século XVI. Com sua fumaça excessiva, êle enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura muito, mal se vê sua chama.

Os filósofos nos diriam, sem dúvida, que é despojar a palavra de uma grande parte de seu sentido. Um acontecimento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou de relações. Êle testemunha, às vêzes, movimentos muito profundos, e, pelo jôgo factício ou não das "causas" e dos "efeitos", caros aos historiadores de ontem, anexa a si um tempo muito superior à sua própria duração. Extensivo ao infinito, êle se liga, livremente ou não, a tôda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, de destacar-se, desde então, umas das outras. Por êste jôgo de adições, Benedetto Croce podia pretender que, em todo acontecimento, a história inteira, o homem inteiro se incorporam e em seguida se redescobrem à vontade. Com a condição, sem dúvida, de acrescentar a êste fragmento o que êle não contém de início e, portanto, de saber o que é justo — ou não — acrescentar-lhe. E' êste jôgo inteligente e perigoso que propõem as recentes reflexões de Jean-Paul Sartre (2).

Então, digamos mais claramente, em lugar de **événementiel**: o tempo curto, à dimensão dos indivíduos, da vida quotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência, — o tempo por excelência do cronista, do jornalista. Ora, façâmo-lo notar, crônica ou jornal dão, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida quotidiana: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Todos compreenderão que há, assim, um tempo

(2). — **Jean-Paul Sartre, Questions de méthode. Les Temps Modernes, 1957, n.^{os}. 139 e 140.**

curto de tôdas as formas da vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa, até geográfica (um golpe de vento, uma tempestade), assim como política.

À primeira vista, o passado é esta massa de pequenos fatos, uns bem claros, bem visíveis, outros obscuros e indefinidamente repetidos, êstes mesmos dos quais a microsociologia ou a sociometria, na atualidade, fazem sua coleta diária (há também uma microhistória). Mas esta massa não constitui tôda a realidade, tôda a espessura da história, sôbre a qual pode trabalhar à vontade a reflexão científica. A ciência social tem quase horror ao acontecimento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações.

Donde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança em relação a uma história tradicional, dita **événementielle**, confundindo-se êste rótulo com o da história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é, forçosamente, **événementielle**, nem condenada a sê-lo Todavia, é fato que, salvo os quadros factícios, quase sem espessura temporal, dos quais tirava seus relatos (3), salvo as explicações de longa duração, das quais era preciso dotá-la, é fato que, no seu conjunto, a história dos últimos cem anos, quase sempre política, centrada no drama dos "grandes acontecimentos", trabalhou no tempo curto e sôbre o tempo curto. Êste foi, talvez, o preço dos progressos alcançados, durante êsse mesmo período, na conquista científica de instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos. A descoberta maciça do documento levou o historiador a crer que na autenticidade documentária estava a verdade total. "Basta — escrevia ainda ontem Louis Halphen (4) — deixar-se, de qualquer modo, levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para vermos a cadeia dos fatos reconstituir-se quase que automàticamente". Êste ideal, "a história em estado nascente", chega, nos fins do século XIX, a uma crônica de um nôvo estilo que, na sua ambição de exatidão, segue passo a passo a história **événementielle**, tal qual ela se desprende de correspondências de embaixadores ou de debates parlamentares. Os historiadores do século XVIII e do início do XIX estiveram, pelo contrário, atentos às perspectivas da longa duração, que, sós, mais tarde, grandes espíritos como um Michelet, um Ranke, um Jacob Burckhardt, um Fustel, souberam redescobrir. Se aceitarmos o fato de que o

(3). — "A Europa em 1500", "O Mundo em 1880", "A Alemanha no limiar da Reforma"...

(4). — Louis Halphen, **Introduction à l'Histoire**, Paris, P. U. F., 1946, pág. 50.

ir além do tempo curto foi o bem mais precioso, porque o mais raro, da historiografia dos cem últimos anos, compreenderemos o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações, e, graças à arqueologia, à qual são necessários vastos espaços cronológicos, o papel de vanguarda dos estudos consagrados à Antigüidade clássica. Ontem ainda, êles salvaram nosso mister.

*

* *

A recente ruptura com as formas tradicionais da história do século XIX não foi uma ruptura total com o tempo curto. Ela agiu, sabêmo-lo, em benefício da história econômica e social, em detrimento da história política. De onde uma reviravolta e uma inegável renovação; de onde, inevitàvelmente, mudanças de método, deslocamentos de centros de interêsses com a entrada em cena de uma história quantitativa que, certamente, ainda não disse a última palavra.

Mas, sobretudo, houve alteração do tempo histórico tradicional. Um dia, um ano podiam parecer boas medidas a um historiador político, antigamente. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, um aumento demográfico, o movimento dos salários, as variações da taxa de juros, o estudo (mais sonhado que realizado) da produção, uma análise severa da circulação reclamam medidas muito mais largas.

Uma nova forma de relato histórico aparece, chamêmo-lo o "recitativo" da conjuntura, do ciclo, até mesmo do "interciclo", que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no extremo limite, o meio-século do ciclo clássico de Kondratieff. Por exemplo, sem considerar acidentes breves e superficiais, os preços se elevam, na Europa, de 1791 a 1817; baixam de 1817 a 1852: êste duplo e lento movimento de elevação e recuo representa um interciclo completo, com relação à Europa e, pouco mais ou menos, com relação ao mundo inteiro. Sem dúvida, êstes períodos cronológicos não têm um valor absoluto. Com outros barômetros, como o do crescimento econômico e da renda ou do produto nacional, François Perroux (5) oferecer-nos-ia outros limites, talvez mais válidos. Mas pouco importam estas discussões em curso! O historiador

---

(5). — Cf. sua **Théorie générale du progrès économique**, Cahiers de l'I. S. E. A., 1957.

dispõe, seguramente, de um tempo nôvo, elevado à altura de uma explicação em que a história pode tentar se inserir, retalhando-se conforme sinais inéditos, conforme estas curvas e seu próprio ritmo.

E' assim que Ernest Labrousse e seus discípulos iniciaram, desde seu manifesto do último Congresso histórico de Roma (1955), uma vasta pesquisa de história social, sob o signo da quantificação. Não creio trair seu objetivo ao dizer que esta pesquisa levará, forçosamente, à determinação de conjunturas (até mesmo de estruturas) sociais, sem que nada nos assegure, de antemão, que esta conjuntura terá a mesma rapidez ou a mesma lentidão que a econômica. Além disso, estas duas grandes personagens, conjuntura econômica e conjuntura social, não nos devem fazer perder de vista outros atores, cuja marcha será difícil determinar, e talvez seja indeterminável, na falta de medidas precisas. As ciências, as técnicas, as instituições políticas, as "utensilagens" mentais, as civilizações (para empregar esta palavra cômoda) têm igualmente seu ritmo de vida e de crescimento, e a nova história conjuntural só se realizará plenamente quando tiver completado seu conjunto.

Lògicamente, êste recitativo deveria, por sua própria transposição, conduzir à longa duração. Mas, por mil razões, a transposição não foi a regra e realizou-se, sob nossos olhos, um retôrno ao tempo curto; talvez porque pareça mais necessário (ou mais urgente) juntar a história "cíclica" à história curta tradicional, do que prosseguir para o desconhecido. Em têrmos militares, tratar-se-ia, neste caso, de consolidar posições adquiridas. O primeiro grande livro de Ernest Labrousse, em 1933, estudava, assim, o movimento geral dos preços na França no século XVIII (6), movimento êste secular. Em 1943, no maior livro de história aparecido na França nestes últimos 25 anos, o próprio Ernest Labrousse cedia a essa necessidade de volta a um tempo menos complicado, quando, apesar da depressão de 1774 a 1791, êle assinalava uma das vigorosas origens da Revolução Francesa, uma das suas rampas de lançamento. Considerava êle, ainda, um meio interciclo, larga medida. Sua comunicação ao Congresso Internacional de Paris, em 1948, **Comment naissent les révolutions?** esforça-se por ligar, desta vez, uma comoção econômica de curta duração (nôvo estilo), a uma comoção política (estilo muito velho), a dos dias revolucionários. Ei-nos, de nôvo, no tempo curto, e completamente. Bem enten-

(6). — **Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe. siècle, 2 vol., Paris, Dalloz, 1933.**

dido, a operação é lícita, útil, mas quão sintomática ela é! O historiador é, de boa vontade, um encenador. Como renunciaria êle ao drama do tempo breve, aos melhores mecanismos de um velhíssimo mister?

*

* *

Para além dos ciclos e interciclos, existe o que os economistas chamam, sem, contudo, estudá-la, a tendência secular. Mas ela só interessa, por enquanto, a raros economistas, e suas considerações sôbre as crises estruturais, não tendo passado pela prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses, apenas enterradas no passado recente, até 1929, quando muito até os anos de 1870 (7). Oferecem, todavia, uma útil introdução à história de longa duração. Elas são como que uma primeira chave.

A segunda, bem mais útil, é a palavra "estrutura". Boa ou má, é a que domina os problemas da longa duração. Por "estrutura", os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas tôdas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas se marcam como limites (**envoltórios**, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pense-se na dificuldade de quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo certas sujeições espirituais: os quadros mentais são também prisões de longa duração.

O exemplo mais acessível parece ainda o da sujeição geográfica. O homem é prisioneiro, há séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se afastar sem correr o risco de tudo reformular. Veja-se o papel da transumância na vida montanhesa, a permanência de certos setores de vida

(7). — "Mise au point" em René Clemens, **Prolégomènes d'une théorie de la structure économique**, Paris, Domat Montchrestien, 1952; ver também Johann Akerman, "Cycle et structure", **Revue Economique**, 1952, n.º 1.

marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.

As mesmas permanências, ou sobrevivências, são verificadas no imenso domínio cultural. O magnífico livro de Ernst Robert Curtius (8), que vai, enfim, aparecer numa tradução francesa, é o estudo de um sistema cultural que prolonga, deformando-a por suas preferências, a civilização latina do Baixo Império, ela própria oprimida por uma pesada herança: até os séculos XIII e XIV, até o nascimento das literaturas nacionais, a civilização das elites intelectuais viveu dos mesmos temas, das mesmas comparações, dos mesmos lugares comuns e ditos banais. Numa linha de pensamento análoga, o estudo de Lucien Febvre, **Rabelais et le problème de l'incroyance au XVIe siècle** (9), tratou de precisar a "utensilagem" mental do pensamento francês na época de Rabelais, êste conjunto de concepções que, bem antes de Rabelais e muito tempo depois dêle, comandou as artes de viver, pensar e crer, e limitou, duramente e com antecipação, a aventura intelectual dos espíritos mais livres. O tema de que trata Alphonse Dupron (10) apresenta-se também como um das mais novas pesquisas da Escola histórica francesa. A idéia de cruzada é considerada, no Ocidente, além do século XIV, isto é, bem além da "verdadeira" cruzada, na continuidade de uma atitude de longa duração que, muitas vêzes repetida, atravessa as sociedades, os mundos, os psiquismos mais diversos e toca, com um último reflexo, os homens do século XIX. Num domínio ainda próximo, o livro de Pierre Francastel, **Peinture et Société** (11), assinala, a partir do início do Renascimento florentino, a permanência de um espaço pictórico "geométrico" que não se alterará em nada até o cubismo e a pintura intelectual dos inícios de nosso século. A história das ciências conhece, também ela, universos construídos que são outras tantas explicações imperfeitas, mas a quem séculos de duração são ajustados regularmente. Não são rejeitados senão depois de terem servido por muito tempo. O universo aristotélico mantém-se sem contestação, ou quase, até

---

(8). — Ernst Robert Curtius, Europaïsche Literatur und lateinisches Mittelalter, Berna, 1948; tradução francesa em preparação, Paris, P. U. F.

(9). — Paris, Albin Michel, 1943, 2a. edição, 1946.

(10). — Le Mythe des Croisades. Essai de sociologie religieuse, a aparecer em 1959.

(11). — Pierre Francastel, Peinture et Société. Naissance et destruction d'un espace plastique, de la Renaissance au cubisme, Lyon, Audin, 1951.

Galileu, Descartes e Newton; desfaz-se, então, diante de um universo profundamente geometrizado que, por sua vez, desabará, mas muito mais tarde, diante das revoluções einsteinianas (12).

A dificuldade, por um paradoxo apenas aparente, é revelar a longa duração no domínio em que a pesquisa histórica acaba de obter inegáveis sucessos: o domínio econômico. Ciclos, interciclos, crises estruturais escondem, aqui, as regularidades, as permanências de sistemas ou, segundo alguns, de civilizações econômicas (13), — isto é, velhos hábitos de pensar e agir, quadros resistentes, difíceis de desaparecer, às vêzes contra tôda a lógica.

Mas meditemos sôbre um exemplo, ràpidamente analisado. Eis, perto de nós, no quadro da Europa, um sistema econômico que se coloca dentro de algumas linhas e regras gerais bastante nítidas: êle se mantém em função, mais ou menos do século XIV ao XVIII, digamos, para maior segurança, até cêrca de 1750. Há séculos, a atividade econômica depende de populações demogràficamente frágeis, como o mostrarão os grandes refluxos de 1350-1450 e, sem dúvida, de 1630-1730 (14). Durante séculos, a circulação vê o triunfo da água e do navio, tornando-se obstáculo e sendo inferiorizada tôda a espessura continental. Os progressos europeus, salvo as exceções que confirmam a regra (feiras de Champagne, já em declínio no início do período, ou feiras de Leipzig no século XVIII), todos êstes progressos situam-se ao longo do litoral. Outras características dêste sistema: o primado dos negociantes; o papel eminente dos metais preciosos, ouro, prata e mesmo cobre, cujos conflitos incessantes serão abrandados apenas pelo desenvolvimento decisivo do crédito, com o fim do século XVI; os repetidos flagelos das periódicas crises agrícolas: a fragilidade, digamos, da própria base da vida econômica; o papel, enfim, desproporcionado, à primeira vista, de um ou dois grandes tráficos exteriores: o comércio do Levante do século XII ao XVI, o comércio colonial no século XVIII.

---

(12). — Outros argumentos: eu focalizaria, de boa vontade, os profundos artigos, todos defendendo a mesma tese: Otto Brunner, sôbre a história social da Europa, Historische Zeitschrift, t. 177, n.º 3; R. Bultmann, idem, t. 176, n.º 1, sôbre o humanismo; Georges Lefebvre, Annales historiques de la Révolution française, 1949, n.º 114; F. Hartung, Historische Zeitschrift, t. 180, n.º 1, sôbre o Despotismo esclarecido...

(13). — René Courtin, La civilisation économique du Brésil, Paris, Librairie de Médicis, 1941.

(14). — No caso francês. Em Espanha, o refluxo demográfico verifica-se desde o fim do século XVI.

Creio ter definido, ou melhor, evocado, por minha vez, após alguns outros, os traços mais importantes, para a Europa Ocidental, do capitalismo mercantil, etapa de longa duração. Apesar de tôdas as mudanças evidentes que os atravessam, êstes quatro ou cinco séculos de vida econômica tiveram uma **certa** coerência, até a reviravolta do século XVIII e da revolução industrial, da qual ainda não saímos. Alguns traços lhes são comuns e permanecem imutáveis, enquanto que em tôrno dêles, entre outras continuidades, mil rupturas e reviravoltas renovavam o panorama do mundo.

* *

Entre os tempos diferentes da história, a longa duração apresenta-se, assim, como uma personagem embaraçosa, complicada, muitas vêzes inédita. Admiti-la no coração de nosso trabalho não será um simples jôgo, o habitual alargamento de estudos e curiosidades. Não se tratará mais de uma escôlha da qual êle será o único beneficiário. Para o historiador, admiti-lo é prestar-se à uma mudança de estilo, de atitude, a uma mudança de pensamento, a uma nova concepção do social. E' familiarizar-se com um tempo mais lento, por vêzes quase no limite do instável. Neste andar, não em outro qualquer, — voltaremos a isso, — é lícito desprender-se do tempo exigente da história, dêle sair, depois voltar, mas com outros olhos, cheios de outras inquietações, outras perguntas. Em todo caso, é com relação a estas grandes extensões de história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infra-estrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todos os milhares de fragmentos do tempo da história são compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em tôrno dela.

* * *

Nas linhas anteriores, não pretendo ter definido o trabalho do historiador, — mas uma concepção dêste trabalho. Feliz e bem ingênuo seria quem pensasse que, após as crises dos últimos anos, tínhamos encontrado os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. De fato, todos os misteres das ciências sociais não cessam de se transformar em razão de seus próprios movimentos e do movimento vivo do conjunto. A história não é exceção. O marasmo não está, pois, à vista, e a hora dos discípulos ainda não soou. Muita coisa se passou de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos a Marc Bloch. Mas desde Marc Bloch, a roda não cessou de girar. Para mim,

a história é a soma de tôdas as histórias possíveis — uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.

O único êrro, a meu ver, seria escolher uma destas histórias com a exclusão das outras. Êste foi, êste seria o êrro historizante. Não será cômodo, sabemos, convencer disso todos os historiadores e, menos ainda, as ciências sociais, obstinadas em nos levar à história tal como ela era no passado. Ser-nos-á preciso muito tempo e trabalho para fazer admitir tôdas estas mudanças e inovações sob o velho nome de história. E, no entanto, uma nova "ciência" histórica nasceu, e continua a se interrogar e a se transformar. Ela se anuncia, entre nós, desde 1900, com a **Revue de Synthèse historique** e com os **Annales**, a partir de 1929. O historiador quis estar atento a **tôdas** as ciências do homem. Eis o que deu a nosso trabalho estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Assim, não imaginamos, entre o historiador e o observador das ciências sociais, as barreiras e as diferenças de antigamente. Tôdas as ciências do homem, com a história compreendida, são contaminadas umas pelas outras. Falam a mesma linguagem ou podem falá-la.

Quer nos coloquemos em 1558, quer no ano da graça de 1958, trata-se, para quem quer abranger tudo, de definir uma hierarquia de fôrças, de correntes, de movimentos particulares, e depois retomar uma constelação de conjunto. A cada instante desta pesquisa, será preciso distinguir entre movimentos longos e breves ímpetos, êstes tomados a partir de suas fontes imediatas, aquêles no impulso de um tempo longínquo. O mundo de 1558, tão desagradável para a situação francesa, não nasceu no início dêste ano, tão pouco significativo. E muito menos, sempre no caso francês, êsse difícil ano de 1958. Cada "atualidade" reune movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, às vêzes, de ontem, de ante-ontem, de outrora.

2

A QUERELA DO TEMPO CURTO.

Estas verdades são, certamente, banais. Todavia, as ciências sociais não são nada tentadas pela pesquisa do tempo perdido. Não que se possa dirigir contra elas um requisitório firme e declará-las culpadas, sempre, de não aceitar a história ou a duração como dimensões necessárias de seus estudos.

Elas nos dão, mesmo aparentemente, bom acolhimento; o exame "diacrônico" que reintroduz a história nunca está ausente de suas preocupações teóricas.

No entanto, quanto a essas aceitações esparsas, é preciso convir que as ciências sociais, por gôsto, por instinto profundo, talvez por formação, tendem, sempre, a afastar a explicação histórica; elas lhe escapam por duas atitudes quase opostas: uma "événementializa", ou, se querem, "atualiza" por demais os estudos sociais, graças a uma sociologia empírica, que despreza tôda a história, limitada aos dados do tempo curto, da pesquisa sôbre o que está vivo; a outra ultrapassa, pura e simplesmente, o tempo, imaginando, no limite de uma "ciência da comunicação", uma formulação matemática de estruturas quase intemporais. Esta última atitude, a mais nova de tôdas, é, evidentemente, a única que pode nos interessar profundamente. Mas o "événementiel" tem ainda suficientes partidários para que os dois aspectos da questão possam ser examinados um por um.

* * *

Falamos de nossa desconfiança com relação a uma história puramente **événementielle**. Sejamos justos: se há um pecado **événementialiste,** a história, acusada de opção, não é a única culpada. Tôdas as ciências sociais participam do êrro. Economistas, demógrafos, geógrafos estão divididos entre o passado e o presente (mas mal divididos); ser-lhes-ia preciso, para serem sensatos, manter a balança igual, o que é fácil e obrigatório para o demógrafo; o que é quase espontâneo com os geógrafos (particularmente os nossos, nutridos da tradição de Vidal de La Blache); o que só acontece raramente, por outro lado, com os economistas, prisioneiros da atualidade mais curta, entre um limite passado que não vai além de 1945 e um presente que os planos e previsões prolongam no futuro imediato de alguns meses, quando muito alguns anos. Sustento que todo o pensamento econômico é limitado por esta restrição temporal. Cabe aos historiadores, dizem os economistas, ir além de 1945, à procura das antigas economias; mas, agindo desta maneira, êles se privam de um maravilhoso campo de observação, que êles próprios abandonaram, sem contudo negar-lhe o valor. O economista adquiriu o hábito de trabalhar a serviço do atual, a serviço dos governos.

A posição dos etnógrafos e etnólogos não é tão nítida, nem tão alarmante. Alguns dentre êles sublinharam bem a impos-

sibilidade (mas todo intelectual apega-se ao impossível) e a inutilidade da história no seu trabalho. Esta recusa autoritária da história não terá servido a Malinowski e a seus discípulos. De fato, como é que a antropologia se poderia desinteressar da história? Ela é a mesma aventura do espírito, como gosta de dizê-lo Claude Lévy Strauss (15). Não há sociedade, por mais atrasada que seja, que não revele à observação "as garras do acontecimento", não há também sociedade, em que a história tenha fracassado completamente. Se assim fôsse, não poderíamos lamentarmo-nos, ou insistir.

Em contrapartida, nossa discussão será bastante viva nas fronteiras do tempo curto, com relação à sociologia das pesquisas sôbre o atual, as pesquisas em mil direções, entre sociologia, psicologia e economia. Elas multiplicam-se entre nós, tanto quanto no estrangeiro. São, a seu modo, um desafio sempre repetido sôbre o valor insubstituível do tempo presente, seu calor "vulcânico", sua copiosa riqueza. Para que voltar ao tempo da história? Empobrecido, simplificado, envôlto pelo silêncio, reconstruído, — insistamos bem: **reconstruído**. Na verdade, está êle tão morto, tão reconstruído como se diz? Sem dúvida, o historiador tem muita facilidade em retirar de uma época revolvida o essencial; para falar como Henri Pirenne, distingue êle, sem dificuldade, os "acontecimentos importantes", isto é, "aquêles que tiveram conseqüências". Simplificação evidente e perigosa. Mas o que não daria o viajante do atual para ter êste recuo (ou êste avanço no tempo) que desmascararia e simplificaria a vida presente, confusa, pouco legível porque cheia de gestos e sinais menores? Claude Lévy-Strauss pretende que uma hora de conversação com um contemporâneo de Platão ensiná-lo-ia mais que nossos clássicos discursos, sôbre a coerência ou a incoerência da civilização da Grécia antiga (16). Estou de acôrdo. Mas é que êle, durante anos, ouviu cem vozes gregas salvas do silêncio. O historiador preparou a viagem. Uma hora na Grécia de hoje não lhe ensinaria nada, ou quase nada, sôbre as coerências ou incoerências atuais.

Mais ainda, o pesquisador do tempo presente não chega às tramas "finas" das estruturas, a não ser sob a condição, êle também, de **reconstruir**, de avançar hipóteses e explicações, de recusar o real tal como êle se apresenta, de truncá-lo, de ultrapassá-lo, operações essas que permitem escapar ao dado

---

(15). — Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*, op. cit., pág. 31.
(16). — "Diogène couché", *Les Temps Modernes*, n.º 195, pág. 17.

para melhor dominá-lo, mas que são tôdas reconstruções. Duvido que a fotografia sociológica do presente seja mais "verdadeira" que o quadro histórico do passado, e tanto menos, quanto ela se afastará mais do reconstruído.

Philippe Ariès (17) insistiu sôbre a importância do alheamento, da surprêsa na explicação histórica: aspira-se, no século XVI, a uma coisa estranha, estranha para nós, homens do século XX. Por que esta diferença? O problema está pôsto. Mas direi que a surprêsa, o alheamento, o afastamento — êsses grandes meios de conhecimento — não são menos necessários para compreender o que nos cerca, e de tão perto que nós não o vemos com nitidez. Se vivermos em Londres um ano, conheceremos muito mal a Inglaterra. Mas, por comparação, à luz de nosso espanto, compreenderemos bruscamente alguns dos traços mais profundos e originais da França, êstes que não conhecemos à fôrça de conhecê-los. Face ao atual, o passado, êle também, é alheamento.

Historiadores e **social scientists** poderiam, pois, eternamente, lançar mão do documento morto e do testemunho bastante vivo, o passado longínqüo, a atualidade demasiado próxima. Não creio que êste problema seja essencial. Presente e passado iluminam-se com sua luz recíproca. E se observarmos exclusivamente a estreita atualidade, nossa atenção irá para a que se move ràpidamente, grilha com razão ou sem ela, ou acaba de mudar, ou faz barulho, ou se revela sem dificuldade. Todo um **événementiel**, tão fastidioso quanto o das ciências históricas, surpreende o observador apressado, o etnógrafo que dá acolhida por três meses a uma povoação polinésia, o sociólogo industrial que exibe fotos de sua última pesquisa, ou que pensa, com questionários hábeis e as combinações das fichas perfuradas, dominar perfeitamente um mecanismo social. O social é uma prêsa enganadora.

Na verdade, que interêsse podemos tirar nós, das ciências do homem, dos deslocamentos de que fala uma vasta e boa pesquisa sôbre a região parisiense (18), de uma jovem entre o seu domicílio, no 16.º bairro, seu professor de música e as Ciências-Políticas? Podemos com isto fazer um bonito mapa. Mas se ela tivesse feito estudos de agronomia ou tivesse praticado o **ski** náutico, tudo teria mudado no que diz respeito às suas viagens

(17). — **Le temps de l'histoire, Paris, Plon, 1954, especialmente págs. 298 e seguintes.**
(18). — **P. Chombart de Lauwe, Paris et l'agglomération parisienne, Paris, P. U. F., 1952, t. I, p. 106.**

triângulares. Divirto-me, ao ver num mapa a repartição das residências dos empregados de uma grande emprêsa. Mas se não tiver um mapa anterior da repartição, se a distância cronológica entre os dados não fôr suficiente para permitir inscrever tudo num verdadeiro movimento, onde está o problema, sem o qual um inquérito é esfôrço perdido? O interêsse destas pesquisas pela pesquisa é, na melhor das hipóteses, a acumulação de conhecimentos; mas assim mesmo não serão êles todos válidos, **ipso facto**, para trabalhos **futuros**. Desconfiemos da arte pela arte.

Duvido, igualmente, que um estudo de cidade, qualquer que seja ela, possa ser objeto de uma pesquisa sociológica, como foi o caso de Auxerre (19), ou Vienne no Dauphiné (20), sem inscrever-se na duração histórica. Tôda cidade sociedade tensa com suas crises, suas rupturas, suas dificuldades, seus cálculos necessários, deve ser colocada no complexo dos campos próximos que a cercam, e também dêstes arquipélagos de cidades vizinhas, de que falou o historiador Richard Hapke, um dos primeiros a fazê-lo; e, no movimento, mais ou menos afastado no tempo, freqüentemente muito afastado, que anima êste complexo. Será indiferente ou não será, pelo contrário, essencial, registrar-se tal troca campo-cidade, tal rivalidade industrial ou comercial, saber-se que se trata de um movimento nôvo em pleno impulso, ou de um fim de curso, de um longínqüo reaparecimento, ou de um monótono recomêço?

*

* *

Concluamos com uma palavra: Lucien Febvre, durante os dez últimos anos de sua vida, repetiu: "história ciência do passado, ciência do presente". A história, dialética da duração, não será, à sua maneira, explicação do social em tôda sua realidade? e, portanto, do atual? Sua lição valendo, neste domínio, como uma tomada de posição contra o acontecimento: não pensar, ùnicamente, no tempo curto, não crer que só os atôres que sobressaem sejam os mais autênticos; há outros, e silenciosos, — mas isso não é novidade.

---

(19). — Suzanne Frère e Charles Bettelheim, **Une ville française moyenne, Auxerre en 1950**, Paris, Armand Colin, Cahiers des Sciences Politiques, n.º 17, 1951.

(20). — Pierre Clément e Nelly Xydias, **Vienne-sur-le Rhône. Sociologie d'une cité française**, Paris, Armand Colin, Cahiers des Sciences Politiques, n.º 71, 1955.

3

COMUNICAÇÃO E MATEMÁTICAS SOCIAIS.

Talvez tenhamos errado em nos demorar na fronteira agitada do tempo curto. O debate aí se desenrola, na verdade, sem grande interêsse, pelo menos sem surprêsa útil. O debate essencial está noutro lado, em casa dos nossos vizinhos arrastados pela experiência mais nova das ciências sociais, sob o duplo signo da "comunicação" e da matemática.

Mas aqui o acervo não será fácil de pleitear, quero dizer, será pouco fácil situar estas tentativas com relação ao tempo da história, em relação ao qual, aparentemente, pelo menos, elas escapam inteiramente. Mas de fato, nenhum estudo social escapa ao tempo da história.

Nesta discussão, em todo caso, o leitor fará bem, se quiser nos acompanhar (para nos aprovar ou separar-se de nosso ponto de vista), em pesar, por sua vez, e um a um, os têrmos de um vocabulário, não inteiramente nôvo, certamente, mas retomado e rejuvenescido em discussões novas e que prosseguem sob nossos olhos. Nada de nôvo, evidentemente, com relação ao acontecimento, ou à longa duração. Nem grande coisa quanto às **estruturas**, se bem que a palavra — e a coisa — não esteja ao abrigo das incertezas e das discussões (21). Inútil também insistir muito sôbre as palavras **sincronia** e **diacronia**; elas próprias se definem, se bem que seu papel, num estudo concreto do social, seja menos fácil de discernir do que parece. Com efeito, na linguagem da história (tal como eu a imagino), não pode haver sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo tôdas as durações, é quase absurda, ou, o que dá no mesmo, muito factícia; mesmo porque uma descida segundo o declive do tempo não imaginável, senão sob a forma de uma multiplicidade de descidas, conforme as diversas e inúmeras correntes do tempo.

Estas breves chamadas e tomadas de posição bastarão, de momento. Mas é preciso ser mais explícito no que diz respeito à **história inconsciente**, aos **modelos**, às **matemáticas sociais**. Êsses comentários necessários reunem-se, ou — espero — não tardarão a reunir-se, numa problemática comum às ciências sociais.

---

(21). — Ver o Colóquio sôbre as Estruturas. VI Secção da École Pratique des Hautes Études, resumo datilografado, 1958.

A **história inconsciente** é, bem entendido, a história das formas inconscientes do social. "Os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem" (22). A fórmula de Marx esclarece, mas não explica o problema. De fato, sob um nôvo nome, é, uma vez mais, todo o problema do tempo curto, do "micro-tempo", do **événementiel** que se nos recoloca. Os homens sempre tiveram a impressão, ao viver seu tempo, de surpreender o seu desenrolar dia a dia. Esta história consciente, clara, seria ela abusiva, como muitos historiadores, há já muito tempo, concordam em pensar? A lingüística acreditava, antigamente, tudo tirar das palavras. A história teve a ilusão, ela também, de tudo tirar dos acontecimentos. Mais de um de nossos contemporâneos acreditaria de boa vontade que tudo proveio dos acordos de Yalta ou de Potsdam, dos acidentes de Dien-Bien-Phu ou de Sakhiet-Sidi-Youssef, ou dêste outro acontecimento, muito mais importante, é verdade, o lançamento dos **sputniks**. A história inconsciente desenrola-se para além destas luzes, de seus **flashes**. Admitamos, pois, que existe, a uma certa distância, um inconsciente social. Admitamos, ainda por cima, esperando o melhor, que êste inconsciente seja considerado como mais rico, cientìficamente, que a superfície reluzente à qual nossos olhos estão habituados; mais rico cientìficamente, isto é, mais simples, mais fácil de explorar, — senão de descobrir. Mas o caminho entre superfície clara e profundezas obscuras — entre ruído e silêncio — é difícil, duvidoso. Acrescentemos que a história "inconsciente", domínio em parte do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural, é muitas vêzes mais nìtidamente percebida do que se pensa. Cada um de nós tem o sentimento, além de sua própria vida, de uma história de massa em que reconhecemos melhor, na verdade, o poder e os impulsos, do que as leis ou a direção. E esta consciência não data sòmente de ontem (como no que diz respeito à história econômica): ela está, hoje, cada vez mais viva. A revolução, pois é uma revolução do espírito, consistiu em abordar de frente esta semi-obscuridade, em lhe dar um lugar cada vez maior ao lado, e até mesmo em detrimento, do **événementiel**.

Nesta prospecção, em que a história não está só (pelo contrário, ela não fêz mais do que seguir, neste domínio, e adaptar a seu uso, os pontos de vista das novas ciências sociais), instrumentos novos de conhecimento e de investigação foram

(22). — Citado por Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*, op. cit., págs. 30-31.

construídos: assim, mais ou menos aperfeiçoados, às vêzes artesanais ainda, os **modelos**. Os modelos são apenas hipóteses, sistemas de explicações sòlidamente ligadas segundo a forma da eqüação ou da função: isto iguala ou determina aquilo. Tal realidade não aparece sem que tal outra a acompanhe e, de uma a outra, relações estreitas e constantes se revelam. O modêlo estabelecido com cuidado permitirá, pois, focalizar, fora do meio social observado — a partir do qual foi, em suma, criado — outros meios sociais da mesma natureza, através do tempo e do espaço. Seu valor é recorrente.

Êstes sistemas de explicações variam ao infinito conforme o temperamento, o cálculo ou o objetivo dos utilizadores: simples ou complexos, qualitativos ou quantitativos, estáticos ou dinâmicos, mecânicos ou estatísticos. Tomo de C. Lévy Strauss esta última distinção. O modêlo seria mecânico na dimensão mesma da realidade diretamente observada, não interessando a realidade de pequenas dimensões senão a grupos minúsculos de homens (assim procedem os etnólogos a propósito das sociedades primitivas). Para as grandes sociedades, em que os grandes números intervêm, o cálculo das médias se impõe: elas conduzem aos modelos estatísticos. Mas pouco importam estas definições, às vêzes discutíveis!

O essencial, para mim, é, antes de estabelecer um programa comum das ciências sociais, precisar o papel e os limites do modêlo, que certas iniciativas correm o risco de aumentar abusivamente. Donde a necessidade de confrontar os modelos, também êles, com a idéia de duração; porque da duração que êles implicam dependem, muito estreitamente, a meu ver, seu significado e seu valor de explicação.

* *

Para ser mais claro, tomemos exemplos entre modelos históricos (23), ou seja, fabricados por historiadores, modelos bastante grosseiros, rudimentares, raramente levados ao rigor de uma verdadeira regra científica e nunca preocupados em atingir uma linguagem matemática revolucionária, — são, todavia, modelos, a seu modo.

Insistimos no capitalismo mercantil entre o século XIV e XVIII: trata-se de um modêlo, entre vários, que se pode destacar da obra de Marx. Não se aplica plenamente senão a uma dada família de sociedades, durante um tempo dado, deixando a porta aberta a tôdas as extra-polações.

---

(23). — Seria tentador dar um lugar aos "modelos" dos economistas que, na verdade, comandaram a nossa imitação.

Tudo se passa de outra maneira, no modêlo que esbocei. num livro antigo (24), de um ciclo de desenvolvimento econômico, a propósito das cidades italianas entre o século XVI e XVIII, por vêzes mercadoras, "industriais", depois especializadas no comércio bancário; esta última atividade, a mais lenta a se desenvolver, a mais lenta também a desaparecer. Mais restrito, de fato, que a estrutura do capitalismo comercial, êste esbôço seria, mais fàcilmente que aquêle, extensivo na duração e no espaço. Êle registra um fenômeno (alguns diriam uma estrutura dinâmica, mas tôdas as estruturas da história são, pelo menos elementarmente, dinâmicas) capaz de se reproduzir num número de circunstâncias fáceis de serem encontradas. Aconteceria talvez o mesmo com êste modêlo, esboçado por Frank Spooner e por mim próprio (25), a propósito da história dos metais preciosos, antes, durante e após o século XVI: ouro, prata, cobre — e o crédito, êste substituto ágil do metal — são, êles também, jogadores; a "estratégia" de um pesa sôbre a "estratégia" do outro. Não será difícil transportar êste modêlo fora do século privilegiado e particularmente movimentado, o XVI, que escolhemos para nossa observação. Não tentaram economistas, no caso particular dos países sub-desenvolvidos de hoje, verificar a velha teoria quantitativa da moeda, modêlo, também ela, à sua maneira (26)?

Mas as possibilidades de duração de todos êstes modelos são ainda breves, se as comparamos às do modêlo imaginado por um jovem historiador sociólogo americano, Sigmund Diamond (27). Tocado pela dupla linguagem da classe dominante dos grandes financistas americanos contemporâneos de Pierpont Morgan, linguagem interior à classe e linguagem exterior (esta última, na verdade, espécie de justificação perante a opinião pública, à qual se representa o sucesso do financista como o triunfo típico do **self made man**, a condição da fortuna da própria nação), tocado por esta dupla linguagem, nela vê a reação habitual a tôda classe dominante que sente seu prestígio atingido e seus privilégios ameaçados; é-lhe pre-

---

(24). — La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II, Paris, Armand Colin, 1949, págs. 264 e seguintes.

(25). — Fernand Braudel e Frank Spooner, Les métaux monétaires et l'économie du XVIe. siècle. Rapports au Congrès International de Rome, 1955, vol. IV, págs. 233-264.

(26). — Alexandre Chaber, Structure économique et théorie monétaire, Paris, Armand Colin, Publicações do Centre d'Études Économiques, 1956.

(27). — Sigmund Diamond, The Reputation of the American Businessman, Cambridge (Massachusetts), 1955.

ciso, para mascarar-se, confundir seu destino com o da Cidade ou da Nação, seu interêsse particular com o interêsse público. S. Diamond explicaria de boa vontade, da mesma maneira, a evolução da idéia de dinastia ou de império, dinastia inglêsa, Império romano... O modêlo assim concebido é, evidentemente, capaz de percorrer os séculos. Êle supõe certas condições sociais precisas, mas das quais a história tem sido pródiga: é válido, em seguida, para uma duração bem mais longa que os modelos precedentes, mas ao mesmo tempo focaliza realidades mais precisas, mais estreitas.

Levado ao extremo, como diriam os matemáticos, êste tipo de modêlo reuniria os modelos favoritos, quase intemporais, dos sociólogos matemáticos. Quase intemporais, isto é, na verdade circulando pelos caminhos obscuros e inéditos da muito longa duração.

As explicações precedentes não são senão uma insuficiente introdução à ciência e à teoria dos modelos. E é preciso que os historiadores ocupem posições de vanguarda. Seus modelos não são mais do que feixes de explicações. Nossos colegas são de tal modo ambiciosos e avançados na pesquisa, que tentam reunir as teorias e as linguagem da informação, da comunicação ou das matemáticas qualitativas. Seu mérito — que é grande — é o de acolher em seu domínio esta linguagem sutil, as matemáticas, mas que corre o risco de, à menor desatenção, escapar a nosso contrôle e levar-nos sabe Deus onde! Informação, comunicação, matemáticas qualitativas, tudo se reune muito bem no vocábulo, suficientemente amplo, das matemáticas sociais. Ainda é preciso, na medida do possível, iluminar nosso caminho.

*

* *

As matemáticas sociais (28) constituem, pelo menos, três linguagens e que podem ainda se misturar, sem excluir uma continuação. Os matemáticos não perderam a imaginação. Em todo caso, não há **uma** matemática, a matemática (ou então trata-se de uma reivindicação).

> "Não se deve dizer a álgebra, a geometria, mas uma álgebra, uma geometria" (Th. Guibaud),

(28). — Ver especialmente Claude Lévi-Strauss, Bulletin International des Sciences sociales, UNESCO, VI, n.º 5, e de uma maneira geral todo êste número que é de um grande interêsse, intitulado Les mathématiques et les sicences sociales.

o que não simplifica nossos problemas, nem os dêles. Três linguagens, pois: a dos fatos de necessidade(um é dado, o outro segue), é o domínio das matemáticas tradicionais; a linguagem dos fatos duvidosos, desde Pascal, — é o domínio do cálculo das probabilidades; a linguagem, enfim, dos fatos condicionados, nem determinados, nem duvidosos, mas submetidos a certas sujeições, a regras de jôgo, no eixo da "estratégia" dos jogos de Von Neumann e Morgenstern (29), estratégia esta triunfante, e que não se limitou aos únicos princípios e valores de seus fundadores. A estratégia dos jogos, pela utilização dos conjuntos, dos grupos, do próprio cálculo das probabilidades, abre caminho às matemáticas "qualitativas". Desde então, a passagem da observação à formulação matemática não se faz mais obrigatòriamente pelo difícil caminho das medidas e dos longos cálculos estatísticos. Da análise do social pode-se passar diretamente a uma formulação matemática, à máquina de calcular, diremos nós.

Evidentemente, é preciso preparar a tarefa desta máquina, que não suporta nem tritura todos os alimentos. E', além disso, em função de verdadeiras máquinas, de suas regras de funcionamento, para as **comunicações,** no sentido mais material da palavra, que esboçou-se e desenvolveu-se uma ciência da informação. O autor dêste artigo não é, de modo algum, um especialista nestes difíceis domínios. As pesquisas em tôrno da fabricação de uma máquina de traduzir, que êle seguiu de longe, mas que, apesar de tudo, seguiu, atira-o, como quaisquer outras, para um abismo de reflexões. Todavia, um duplo fato permanece: primeiro, que tais máquinas, de tais possibilidades matemáticas, existem; segundo, que é preciso preparar o social para as matemáticas do social, que não são mais ùnicamente nossas velhas matemáticas habituais: curvas de preço, de salários, de nascimentos...

Ora, se o nôvo mecanismo matemático nos escapa tão freqüentemente, a preparação da realidade social para seu uso, sua engrenagem, seu acabamento, não podem desviar nossa atenção. O tratamento prévio, até aqui, tem sido quase sempre o mesmo: escolher uma unidade restrita de observação, como uma tribo "primitiva", ou um "isolamento" demográfico, onde se possa examinar quase tudo e tocar diretamente; estabelecer, em seguida, entre os elementos distintos, tôdas as rela-

---

(29). — **The Theory of Games and economic Behaviour, Princeton, 1944. Cf. a brilhante resenha de Jean Fourastié, Critique, outubro de 1951, n.º 51.**

ções, todos os jogos possíveis. Essas relações, rigorosamente determinadas, dão as próprias eqüações, das quais as matemáticas tirarão tôdas as conclusões e prolongamentos possíveis, para chegar a um **modêlo** que resume, ou antes, abrange todos.

*

Nestes domínios abrem-se, evidentemente, mil possibilidades de pesquisas. Mas um exemplo valerá mais que um longo discurso. Claude Lévy-Strauss se nos oferece como um excelente guia; sigâmo-lo. Êle nos introduzirá num setor destas pesquisas, digamos, o de uma ciência da **comunicação** (30).

> "Em tôda sociedade, escreve Cl. Lévy-Strauss (31), a comunicação se opera pelo menos em três níveis: comunicação das mulheres; comunicação dos bens e dos serviços; comunicação das mensagens".

Admitamos que estas sejam, em níveis diferentes, **linguagens** diferentes, mas linguagens. A partir daí, não teremos nós o direito de tratá-las como linguagens, ou mesmo como **a** linguagem, e associá-lás, de modo direto ou indireto, aos progressos sensacionais da lingüística, ou melhor, da fonologia, que

> "não pode deixar de desempenhar, perante as ciências sociais, o mesmo papel renovador que a física nuclear, por exemplo, desempenhou no conjunto das ciências exatas"? (32).

E' dizer muito, mas é preciso dizer muito, algumas vêzes. Como a história colhida na cilada do acontecimento, a lingüística, colhida na cilada das palavras (relação das palavras com o objeto, evolução histórica das palavras) dela se desliga pela revolução fonológica. Aquém da palavra, ela está prêsa ao esquema de som que é o fonema, indiferente, a partir daí, a seu sentido, mas atenta ao seu lugar, aos sons que a acompanham, aos agrupamentos dêsses sons, às estruturas infra-fonêmicas, a tôda a realidade subjacente, **inconsciente** da língua. Sôbre algumas dezenas de fonemas que encontramos em tôdas as línguas do mundo, colocou-se o nôvo trabalho matemático, e eis a lingüística, ou pelo menos uma parte dela, que, no curso dêstes últimos vinte anos, escapa do mundo das ciências sociais para transpor "a barreira das ciências exatas".

---

(30). — Tôdas as considerações que seguem são extraídas da sua última obra, a *Anthropologie structurale*, op. cit.
(31). — Ibidem, pág. 326.
(32). — Ibidem, pág. 39.

Estender o sentido da linguagem às estruturas elementares de parentesco, aos mitos, ao cerimonial, às trocas comerciais, é procurar esta estrada da barreira, difícil mas salutar, e é a proeza que realizou C. Lévy-Strauss, a propósito, antes de tudo, do intercâmbio matrimonial, esta linguagem primeira, essencial às comunicações humanas, a ponto de não haver sociedades, primitivas ou não, em que o incesto, o casamento no interior da estreita célula familiar, não seja proibido. Portanto, uma linguagem. Sob esta linguagem, procurou êle um elemento de base correspondente, se quisermos, ao fonema, êste elemento, êste "átomo" de parentesco do qual tratou nosso guia em sua tese de 1949 (33), sob sua mais simples expressão: é preciso que se compreenda o homem, a espôsa, a criança, mais o tio materno da criança. A partir dêste elemento quadrangular e de todos os sistemas de casamentos conhecidos nestes mundos primitivos — e êles são numerosos — os matemáticos procurarão as combinações e soluções possíveis. Auxiliado pelo matemático André Weill, Lévy-Strauss conseguiu traduzir em têrmos matemáticos a observação do antropólogo. O modêlo separado pode provar a validez, a estabilidade do sistema, assinalar as soluções que êste último implica.

Vê-se qual é o caminho desta pesquisa: ultrapassar a superfície da observação para atingir a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes, depois reduzir esta realidade a elementos menores, em pinceladas finas, idênticas, cujas relações possam ser analisadas com precisão. E' nesta etapa

> "microsociológica (de um certo modo, sou eu que acrescento esta restrição) que se espera perceber as leis de estrutura as mais gerais, como o lingüista descobre as suas na etapa infrafonêmica e o físico na etapa infra-molecular, isto é, ao nível do átomo" (34).

O jôgo pode prosseguir, evidentemente, em muitas outras direções. Assim, nada mais didático do que ver Lévy-Strauss às voltas, desta vez, com os mitos e, parece engraçado, com a cozinha (esta outra linguagem): reduzirá êle os mitos a uma série de células elementares, os **mitemas**; reduzirá, sem acreditá-lo, a linguagem dos livros de cozinha a **gustemas**. De cada vez, está êle à procura de níveis em profundidade, subconscientes: não me preocupo, ao falar, com as fonemas de meu discurso; à mesa, salvo exceção, não me preocupo muito, culi-

---

(33). — **Les structures élémentaires de la parenté, Paris, P. U. F., 1949. Ver Anthropologie structurale, págs. 47-62.**

(34). — **Anthropologie..., págs. 42-43.**

nàriamente, com "gustemas", se é que há gustemas. E tôdas as vêzes, entretanto, o jôgo de relações sutis e precisas acompanha-me. Estas relações simples e misteriosas, a última palavra em matéria de pesquisa sociológica seria agarrá-las sob tôdas as linguagem, para traduzi-las em alfabeto Morse, quero dizer, a linguagem matemática universal. E' a ambição das novas matemáticas sociais. Mas posso dizer, sem sorrir, que temos aqui uma outra história?

* *

Reintroduzamos, com efeito, a duração. Disse que os modelos eram de duração variável: valem o tempo que vale a realidade que êles registram. E êste tempo, para o observa dor do social, é primordial, pois mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias.

Tenho comparado, por vêzes, os modelos a navios. O interêsse para mim, construído o navio, é de colocá-lo na água, ver se êle flutua, depois fazê-lo subir ou descer, a meu grado, as águas do tempo. O naufrágio é sempre o momento mais significativo. Assim, a explicação imaginada por F. Spooner e por mim mesmo para as relações entre metais preciosos, não me parece válida antes do século XV. Antes, os choques dos metais são de uma violência não assinalada ulteriormente. Então, a nós cabe procurar a causa. Como é necessário ver porque, costa abaixo desta vez, a navegação de nosso tão simples navio torna-se difícil, depois impossível, com o século XVIII e o excesso anormal do crédito. Para mim, a pesquisa deve ser contìnuamente conduzida da realidade social ao modêlo, em seguida dêste àquela e assim por diante, por uma seqüência de retoques, de viagens pacientemente renovadas. O modêlo é, assim, alternativamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de contrôle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modêlo a partir do atual, gostaria de recolocá-lo logo na realidade, depois fazê-lo remontar no tempo, se possível até seu nascimento. Após o que, eu computaria sua vida provável até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A menos que, servindo-me como de um elemento de comparação, eu não o passeie no tempo ou no espaço, à procura de outras realidades capazes de iluminar-se, graças a êle, com uma nova luz.

Estarei errado em pensar que os modelos das matemáticas qualitativas, tais como se nos apresentaram até aqui (35), prestar-se-iam mal a tais viagens, antes de tudo porque êles circulam sôbre um só dos inúmeros caminhos do tempo, o da longa, **muito longa** duração, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas? Voltarei, uma vez mais, a C. Lévy-Strauss, porque sua tentativa, nestes domínios, me parece a mais inteligente, a mais clara, a melhor enraizada, também, na experiência social, da qual tudo deve partir, para onde tudo deve voltar. De cada vez, observêmo-lo, focaliza êle um fenômeno de uma extrema lentidão, como que intemporal. Todos os sistemas de parentesco perpetuam-se, porque não há vida humana possível para além de uma certa taxa de consangüinidade, porque é preciso que um pequeno grupo de homens, para viver, se abra sôbre o mundo exterior: a proibição do incesto é uma realidade de longa duração. Os mitos, lentos a se desenvolverem, correspondem, também êles, a estruturas de uma extrema longevidade. Podemos, sem nos preocuparmos em escolher a mais antiga, colecionar as versões do mito de Édipo, sendo o problema colocar, lado a lado, as diversas variações e esclarecer, abaixo delas, uma articulação profunda que as comande. Mas suponhamos que nosso colega se interesse não por um mito, mas pelas imagens, pelas interpretações sucessivas do "maquiavelismo", que êle procure os elementos de base de uma doutrina bastante simples e muito difundida, a partir de seu lançamento real, por volta de meados do século XVI. A cada instante, nesse caso, quantas rupturas, reviravoltas, até mesmo na própria estrutura do maquiavelismo, pois êste sistema não tem a solidez teatral, quase eterna do mito; é sensível às incidências e saltos, às intempéries múltiplas da história. Numa palavra, êle não está sòmente sôbre os caminhos tranqüilos e monótonos da longa duração... Assim, o procedimento que recomenda Lévy-Strauss, na pesquisa das estruturas matematisáveis, não se situa sòmente na etapa microsociológica, mas no encôntro do infinitamente pequeno e da muito longa duração.

De resto, estão as revolucionárias matemáticas qualitativas condenadas a seguir êstes únicos caminhos da muito longa duração? Caso êsse, no qual só encontraríamos, após êste jôgo cerrado, verdades que são um pouco em demasia as do homem

---

(35). — Digo bem matemáticas qualitativas, segundo a estratégia dos jogos. Sôbre os modelos clássicos, tais como os elaboram os economistas, poder-se-ia fazer uma discussão diferente.

eterno. Verdades primeiras, aforismos da sabedoria das nações, dirão os espíritos inquietos. Verdades essenciais, responderemos nós, e que podem trazer nova luz às próprias bases de tôda vida social. Mas não está aí o conjunto do debate.

Não creio, de fato, que estas tentativas — ou tentativas análogas — não possam ser prosseguidas fora da muito longa duração. O que se fornece às matemáticas sociais qualitativas não são cifras, mas relações, relações que devem ser bastante rigorosamente definidas para que se possa imprimir-lhes um sinal matemático, a partir do qual serão estudadas tôdas as possibilidades matemáticas dêsses sinais, sem mais nos preocuparmos com a realidade social que êles representam. Todo o valor das conclusões depende, pois, do valor da observação inicial, da escôlha que isola os elementos essenciais da realidade observada e determina suas relações no seio desta realidade. Concebemos, desde então, a preferência das matemáticas sociais pelos modelos que C. Lévy-Strauss chama mecânicos, isto é, estabelecidos a partir de estreitos grupos em que cada indivíduo, por assim dizer, é diretamente observável e em que uma vida social bastante homogênea permite definir com segurança relações humanas, simples e concretas, pouco variáveis.

Os modelos ditos estatísticos dirigem-se, pelo contrário, às sociedades largas e complexas, em que a observação não pode ser conduzida senão graças às médias, isto é, às matemáticas tradicionais. Mas, estabelecidas estas médias, se o observador é capaz de estabelecer, na escala dos grupos, e não mais dos indivíduos, essas relações de base das quais falávamos e que são necessárias às elaborações das matemáticas qualitativas, nada impede, desde então, de recorrer a elas. Não houve ainda, que eu saiba, tentativas dêste gênero. Mas estamos no início de experiências. De momento, quer se trate de psicologia, de economia, de antropologia, tôdas as experiências foram feitas no sentido que defini, a propósito de Lévy-Strauss. Mas as matemáticas sociais qualitativas não terão feito sua prova senão quando elas forem levadas a uma sociedade moderna, a seus emaranhados problemas, a seus diferentes ritmos de vida. Apostamos que a aventura tentará um de nossos sociólogos matemáticos; apostamos também que ela provocará uma revisão obrigatória dos métodos até aqui observados pelas matemáticas novas, pois êstes não podem confinar-se ao que eu chamarei, desta vez, a muito longa duração: êles devem reencon-

trar o jôgo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, tôdas as suas durações, tôdas as suas rupturas, tôdas as suas variações.

4

TEMPO DO HISTORIADOR, TEMPO DO SOCIÓLOGO.

No têrmo de uma incursão ao país das intemporais matemáticas sociais, eis-me voltado ao tempo, à duração. E, historiador incorrigível, admiro-me, uma vez mais, que os sociólogos tenham podido escapar-lhe. Mas é porque seu tempo não é o nosso: é muito menos imperioso, menos concreto também, nunca no centro de seus problemas e de suas reflexões.

De fato, o historiador nunca sai do tempo da história: o tempo adere a seu pensamento como a terra à pá do jardineiro. Êle deseja, seguramente, escapar-se. Ajudado pela angústia de 1940, Gaston Roupnel (36) escreveu a êste propósito palavras que fazem sofrer todo historiador sincero. E' o sentido igualmente de uma antiga reflexão de Paul Lacombe, também êle historiador de grande classe:

> "o tempo não é nada em si, objetivamente, não é mais que uma idéia nossa" (37).

Mas trata-se, neste caso, de verdadeiras evasões? Pessoalmente, no decurso de um cativeiro bastante moroso, muito lutei para escapar à crônica dêsses anos difíceis (1940-1945). Recusar os acontecimentos e o tempo dos acontecimentos era colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-los de um pouco longe, julgá-los melhor e não acreditar muito nêles. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo (se existe, êste último não pode ser senão o tempo dos avisados); depois, chegado a esta etapa, parar, considerar tudo de nôvo e reconstruir, ver tudo girar à sua volta: a operação tem com o que tentar um historiador.

Mas estas fugas sucessivas não o rejeitam, em definitivo, fora do tempo do mundo, do tempo da história, imperioso porque irreversível e porque corre ao mesmo ritmo em que a terra gira. De fato, as durações que distinguimos são solidárias umas das outras: não é a duração que é a tal ponto criação de nosso espírito, mas os fragmentos dessa duração. Ora, êstes fragmentos reunem-se no têrmo de nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento encaixam-se sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala. Tanto mais que

(36). — Histoire et Destin, Paris, Bernard Grasset, 1943, passim, especialmente pág. 169.

(37). — Revue de Synthèse Historique, 1900, pág. 32.

participar em espírito num dêstes tempos, é participar em todos. O filósofo, atento ao aspecto subjetivo, interior da noção de tempo, nunca sente êste pêso do tempo da história, de um tempo concreto, universal, tal como êste tempo da conjuntura que Ernest Labrousse esboça, no início de seu livro (38), como um viajante sempre idêntico a si próprio, que corre o mundo, impõe as mesmas sujeições, qualquer que seja o país em que desembarque, o regime político ou a ordem social que adote.

Para o historiador, tudo começa, tudo acaba, pelo tempo, um tempo matemático e demiurgo, do qual seria fácil escarnecer, tempo como que exterior aos homens, "exógeno", diriam os economistas, que os impele, os constrange, leva seus tempos particulares às côres diversas: sim, o tempo imperioso do mundo.

Os sociólogos, bem entendido, não aceitam esta noção demasiado simples. Estão muito mais próximos da **Dialectique de la Durée,** tal como a apresenta Gaston Bachelard (39). O tempo social é simplesmente uma dimensão particular de tal realidade social que eu contemplo. Interior a esta realidade, como pode sê-lo a tal indivíduo, está um dos sinais — entre outros — com o qual ela se afeta, uma das propriedades que a marcam como um ser particular. O sociólogo não é molestado por êste tempo complacente que êle pode cortar à vontade, deter, recolocar em movimento. O tempo da história prestar-se-ia menos, repito-o, ao duplo jôgo ágil da sincronia e da diacronia: não permite imaginar a vida como um mecanismo do qual se pode parar o movimento para dêle apresentar, a seu bel prazer, uma imagem imóvel.

Êste desacôrdo é mais profundo do que parece: o tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; a estrutura profunda de nosso trabalho repugna-lhes. Nosso tempo é medida, como o dos economistas. Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura não cessa de se destruir senão para se reconstituir, aceitamos de boa vontade a explicação que a observação histórica confirma, de resto. Mas gostaríamos, no eixo de nossas exigências habituais, de saber a duração precisa dêstes movimentos, positivos ou negativos. Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, medem-se. Uma crise estrutural social deve marcar-se igualmente no tempo, através do tempo, situar-se exatamente, nela própria e, mais ainda, com relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interes-

---

(38). — Ernest Labrousse, **La crise de l'économie française à la veille de la Révolution française**, Paris, P. U. F., 1944, Introdução.

(39). — Paris, P. U. F., 2a. edição, 1950.

sa apaixonadamente a um historiador é o entrecruzamento dêstes movimentos, sua inter-ação e seus pontos de ruptura: tôdas coisas que não podem ser registradas senão com relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos êstes fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um dêstes fenômenos.

*

* *

Essas reflexões contrárias são formuladas por um historiador, com razão ou sem ela, mesmo quando penetra na sociologia acolhedora, quase fraternal de Georges Gurvitch. Um filósofo (40) não o definia, ontem, como aquêle que "atrela a sociologia à história"? Ora, mesmo neste, o historiador não reconhece nem suas durações, nem suas temporalidades. O vasto edifício social (diremos nós o modêlo?) de Georges Gurvitch organiza-se segundo cinco arquiteturas essenciais (41): os patamares em profundidade, as sociabilidades, os grupos sociais, as sociedades globais — os tempos, êste último alicerce, o das temporalidades, o mais nôvo, sendo também o último construído e como que acrescentado ao conjunto.

As temporalidades de Georges Gurvitch são múltiplas. Distingue êle tôda uma série: o tempo de longa duração e **au ralenti,** o tempo de aparência enganosa ou o tempo surprêsa, o tempo de pulsação irregular, o tempo cíclico ou de repetição, o tempo em atraso sôbre si próprio, o tempo de alternância entre atraso e avanço, o tempo em avanço sôbre si próprio, o tempo explosivo... (42). Como o historiador se deixaria convencer? Com esta gama de côres, ser-lhe-ia impossível reconstituir a luz branca, unitária, que lhe é indispensável. Êle se apercebe ràpidamente, também, que êste tempo-camaleão marca, sem mais, com um sinal suplementar, com um toque de côr, as categorias anteriormente distinguidas. Na cidade de nosso amigo, o tempo, chegado em último lugar, aloja-se muito naturalmente em casa dos outros; adapta-se à dimensão dêstes domicílios e de suas exigências, segundo os "patamares", as sociabilidades, os grupos, as sociedades globais.

---

(40). — Gilles Granger, Evénement et Structure dans les Sciences de l'Homme, Cahiers de l'Institut de Science Economique Appliquée, Série M, n.º 1, págs. 41-42.

(41). — Ver o meu artigo, demasiado polêmico, sem dúvida, "Georges Gurvitch et la discontinuité du Social", Annales, 1953, 3, págs. 347-361.

(42). — Cf. Georges Gurvitch, Déterminismes sociaux et Liberté humaine, Paris, P. U. F., págs. 38-40 e passim.

E' uma maneira diferente de reescrever, sem modificá-las, as mesmas equações. Cada realidade social esconde seu tempo ou suas escalas de tempo, como vulgares conchas. Mas que ganharemos com isso, nós, historiadores? A imensa arquitetura desta cidade ideal permanece imóvel. A história está dela ausente. O tempo do mundo, o tempo histórico aí se encontra, como o vento em Eolo, mas fechado numa pele de bode. Não é contra a história que estão, final e inconscientemente, os sociólogos, mas contra o tempo da história — esta realidade que permanece violenta, mesmo se se procura dominá-la, diversificá-la. Esta sujeição, à qual o historiador nunca escapa, os sociólogos, êles próprios, quase sempre escapam: evadem-se, ou no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, ou nos fenômenos de repetição que não são de nenhuma idade; portanto, por uma conduta oposta do espírito, que os isola, seja no **événementiel** mais estrito, seja na duração mais longa. E' esta evasão lícita? Aqui está o verdadeiro debate entre historiadores e sociólogos, mesmo entre historiadores de opiniões diferentes.

*

* *

Não sei se êste artigo, muito claro, muito apoiado, conforme o hábito dos historiadores, em exemplos, terá a aprovação dos sociólogos e de nossos outros vizinhos. Duvido. Não é nada útil, em todo caso, repetir, à guisa de conclusão, seu **leitmotiv**, exposto com insistência. Se a história é levada, por natureza, a prestar uma atenção privilegiada à duração, a **todos** os movimentos entre os quais ela pode se decompor, a longa duração nos parece, neste complexo, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comum às ciências sociais. Seria muito pedir a nossos vizinhos que, num momento das suas reflexões, tragam a êste eixo suas constatações ou suas pesquisas?

Para os historiadores, que não serão todos do meu parecer, seguir-se-ia uma mudança de direção: é para a história curta que vai, por instinto, sua preferência. Esta tem a cumplicidade dos sacrossantos programas da Universidade. Jean-Paul Sartre, em artigos recentes (43), reforça seu ponto de vista quando, querendo protestar contra o que, no marxismo, é ao mesmo tempo demasiado simples e demasiado enfado-

(43). — Jean-Paul Sartre, "Fragment d'un livre à paraître sur le Tintoret", Les Temps Modernes, novembro de 1957, e artigo citado atrás.

nho, fá-lo em nome do biográfico, da realidade cintilante do **événementiel**. Nem tudo está dito quando "situamos" Flaubert como um burguês, ou Tintoretto como um pequeno burguês. Estou bem de acôrdo com isto. Mas de cada vez, o estudo do caso concreto — Flaubert, Valéry, ou a política exterior da Gironda — traz finalmente Jean-Paul Sartre ao contexto estrutural e profundo. Esta pesquisa vai da superfície à profundidade da história e vai de encôntro às minhas próprias preocupações. Ela as reuniria melhor ainda se a ampulheta fôsse virada nos dois sentidos — do acontecimento à estrutura, depois das estruturas e modelos ao acontecimento.

O marxismo é um mundo de modelos. Sartre protesta contra a rigidez, o esquematismo, a insuficiência do modêlo, em nome do particular e do individual. Eu protestaria, como êle (contra tais ou tais pequenas diferenças), não contra o modêlo, mas contra a utilização que dêle fazemos, que cremos estar autorizados a fazer. O gênio de Marx, o segrêdo de seu prolongado poder explica-se pelo fato de ter sido êle o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica. Êstes modelos foram imobilizados em sua simplicidade dando-lhes valor de lei, de explicação preliminar, automática, aplicável em todos os lugares, a tôdas as sociedades. Se os colocássemos sôbre os rios mutáveis do tempo, sua trama seria posta em evidência, porque é sólida e bem urdida; reapareceria sempre, mas diferenciada, por vêzes atenuada ou avivada pela presença de outras estruturas, suscetíveis, elas também, de serem definidas por outras regras, e portanto por outros modelos. Assim limitamos nós o poder criador da mais poderosa análise social do século passado. Ela não saberia encontrar fôrça e juventude senão na longa duração... Acrescentaria eu que o marxismo atual me parece a imagem, mesmo, do perigo que espreita tôda ciência social, seduzida pelo modêlo em estado puro, o modêlo pelo modêlo.

O que eu também queria sublinhar, para concluir, é que a longa duração não é senão uma das possibilidades de linguagem comum em vista de uma confrontação das ciências sociais. Há outras. Assinalei, bem ou mal, as tentativas das novas matemáticas sociais. As novidades me seduzem, mas as antigas, cujo triunfo é patente em economia — a mais avançada, talvez, das ciências do homem — não merecem tal ou qual reflexão desabusada. Imensos cálculos nos esperam neste domínio clássico, mas há equipes de calculadores e máquinas de calcular, dia a dia mais aperfeiçoadas. Acredito na utilidade das longas

estatísticas, na necessária retomada dêsses cálculos e pesquisas em direção a um passado cada vez mais recuado. O século XVIII europeu, no seu conjunto, está semeado de trabalhos nossos, e já também o XVII, e mais ainda o XVI. Estatísticas de uma extensão inaudita abrem-nos, pela sua linguagem universal, as profundezas do passado chinês (44). Sem dúvida, a estatística simplifica para melhor conhecer. Mas tôda ciência progride do complicado para o simples.

No entanto, não esqueçamos uma última linguagem, uma última família de modelos, a bem dizer: a redução necessária de tôda realidade social ao espaço que ela ocupa. Digamos a geografia, a ecologia, sem nos determos muito nestas fórmulas, para escolher entre elas. A geografia julga-se, muitas vêzes, como um mundo em si, e é pena... Ela teria necessidade de um Vidal de La Blache que, desta vez, em lugar de pensar em tempo e espaço, pensaria em espaço e realidade social. E' aos problemas de conjunto das ciências do homem que, desde então, seria dado lugar na pesquisa geográfica. Ecologia: a palavra, para o sociólogo, sem que êle o reconheça, é um modo de não dizer geografia, e, de uma vez por tôdas, esquivar-se aos problemas que põe o espaço e, mais ainda, que êle revela à observação atenta. Os modelos espaciais são estas cartas em que a realidade social se projeta e parcialmente se explica, modelos verdadeiros para todos os movimentos da duração (e sobretudo da longa duração), para tôdas as categorias do social. Mas a ciência social os ignora de uma maneira espantosa. Pensei muitas vêzes que uma das superioridades francesas nas ciências sociais era esta escola geográfica de Vidal de La Blache, cujo espírito e tradições não suportaríamos ver traídos. E' preciso que tôdas as ciências sociais, por sua vez, dêem lugar a uma "concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade" (45), como Vidal de La Blache pedia, já em 1903.

*

* *

Pràticamente — pois êste artigo tem um fim prático — desejaria que as ciências sociais, provisòriamente, cessem de tanto discutir sôbre suas fronteiras recíprocas, sôbre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... Que elas tratem,

---

(44). — **Otto Berkelbach, Van der Sprenkel, Population Statistics of Ming China, B. S. O. A. S., 1953; Marianne Rieger, "Zur Finanz-und Agrageschichte der Ming-Dynastie 1368-1643", Sinica, 1932.**

(45). — **P. Vidal de la Blache, Revue de Synthèse Historique, 1903, pág. 239.**

antes, de traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se é que há linhas, que orientem uma pesquisa coletiva, e também os temas que permitam atingir uma primeira convergência. Estas linhas, eu as chamo pessoalmente: matematização, redução ao espaço, longa duração... Mas seria curioso conhecer as que proporiam outros especialistas. Pois êste artigo, não é necessário dizê-lo, não foi por acaso colocado sob a rubrica "Debates e Combates". Êle pretende pôr, não resolver, problemas em que, infelizmente, cada um de nós, no que não diz respeito à sua especialidade, expõe-se a riscos evidentes. Estas páginas são um apêlo à discussão.

FERNAND BRAUDEL
do Colégio de França.